

Fontes históricas e o legislativo paulistano

UBIRAJARA DE FARIAS PRESTES FILHO¹

Resumo

O presente artigo tem como objetivo apresentar um panorama a respeito da produção documental da Câmara Municipal de São Paulo, e sua importância para a pesquisa acadêmica. A ênfase escolhida privilegia os interessados em História, que podem utilizar a grande quantidade de documentos, sobretudo processos legislativos e os debates dos Vereadores registrados nas Atas e Anais da instituição. Para isso, foi necessário identificar os principais conjuntos documentais, e inseri-los na discussão contemporânea sobre o conceito de fonte histórica. Conclui-se que, mesmo com os vários estudos já realizados, existem ainda muitas possibilidades de pesquisa, que certamente contribuirão para o debate político na cidade e a maior aproximação dos cidadãos com o legislativo.

Palavras-chave: História Política. Fontes Históricas. Documentação. Arquivística.

Introdução

Em 2010, a Câmara Municipal de São Paulo completou 450 anos. No exercício de suas funções, a instituição produziu grande quantidade de documentos, muitos deles perdidos ao longo do tempo. Contudo, parte significativa desses materiais foi preservada, encontrando-se os exemplares mais antigos no Arquivo Histórico Municipal Washington Luís (atual Arquivo Histórico Municipal, de acordo com o Decreto nº 51.478, de 11 de maio de 2010). Os principais estudos sobre São Paulo, sobretudo em sua fase colonial, foram realizados a partir dessa documentação.

Muito ainda precisa ser estudado sobre a história da administração pública municipal, como o que se refere à atuação da Câmara a partir do final do século XIX. Os enfoques e interpretações podem ser variados, e estudiosos da ciência política, sociologia, economia, linguística, história, geografia, urbanismo, entre outros, certamente encontrarão no material da Câmara ricas possibilidades.

Em seu cotidiano, a Câmara continua produzindo materiais de referência para o entendimento das políticas públicas na cidade. Além do Arquivo Histórico de São Paulo, que contém a documentação original mais antiga, o Palácio Anchieta, sede do Legislativo, disponibiliza diversos materiais que subsidiam pesquisas.

1 Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo e Consultor Técnico Legislativo na Secretaria de Documentação da Câmara Municipal de São Paulo.

O estudo da documentação histórica produzida na Câmara, realizado sob diversos enfoques, deve servir para auxiliar a administração da cidade no presente e incrementar estratégias para o futuro. Com essa perspectiva, este artigo aborda algumas possibilidades de pesquisa com esses materiais, situando tendências atuais nos estudos em história política.

1 Mudanças de enfoque na história política

Nos estudos sobre a trajetória política da cidade de São Paulo, alguns autores clássicos podem ser citados, como Afonso Taunay, Ernani Silva Bruno, Alcântara Machado e Aureliano Leite, que analisaram a edilidade com grande riqueza de detalhes. A leitura de suas obras é fundamental, mas é preciso levar em conta que suas interpretações estiveram bastante associadas ao período em que escreveram.

A abordagem desses estudiosos pautava-se por uma perspectiva épica da História, oriunda do antigo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP), fundado no final do século XIX. Entre seus objetivos ao se aprofundarem no passado paulista, estava a busca das origens, valorização do passado regional e das grandes personalidades. Muitos dos integrantes fundadores do instituto eram intelectuais ligados direta ou indiretamente à política da cidade, estando interessados em justificar, a partir de um olhar sobre o passado, a possível vocação de grandeza para a cidade.

Para os intelectuais ligados ao IHGSP, “(...) a história era concebida como um conhecimento fértil de lições, entre as quais se procuravam sentidos de legitimação das ações no presente.”(FERREIRA, 2002, p. 123-124). A contribuição desses pesquisadores na divulgação da história de São Paulo foi impressionante, sobretudo no cuidado que tiveram com o levantamento e transcrição de documentos sobre o período colonial e imperial. O instituto passou por várias mudanças, e continua hoje como um importante centro de pesquisa e divulgação da História paulista.²

De qualquer modo, a ideia de um passado épico para São Paulo foi superada por novos enfoques na pesquisa histórica. A criação dos cursos de graduação e pós-graduação em História, além da influência da chamada Escola dos *Annales*³ e do materialismo histórico marxista foram fundamentais para essa superação. Nos últimos tempos, novas perspectivas de análise orientam os estudos em História política. Exemplo disso são os estudos do historiador francês René Rémond. Na apresentação de uma de suas obras, Marieta de Moraes Ferreira (2003, p. 7), pesquisadora do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas, sintetiza referências importantes para quem pretende se dedicar à história política:

2 Para maiores informações, inclusive de cursos sobre a história de São Paulo, ver a página do IHGSP na internet: < <http://www.ihgsp.org.br/> > Acesso em: 04 ago. 2011.

3 Escola dos *Annales*: Movimento historiográfico que se constituiu em torno da revista acadêmica francesa *Annales d'histoire économique et sociale*, lançada em 1929. Ao incorporar métodos das Ciências Sociais, os historiadores do movimento abriram possibilidades de pesquisa para temas até então negligenciados.

A nova história política, segundo René Rémond, preenche todos os requisitos necessários para ser reabilitada. Ao se ocupar do estudo da participação na vida política e dos processos eleitorais, integra todos os atores, mesmo os mais modestos, perdendo assim seu caráter elitista e individualista e elegendo as massas como seu objeto central. Seu interesse não está voltado para a curta duração, mas para uma pluralidade de ritmos em que se combinam o instantâneo e o extremamente lento. É na longa duração que se irá buscar a história das formações políticas e das ideologias, ou seja, a cultura política, que por sua vez servirá à reflexão sobre os fenômenos políticos, permitindo detectar as continuidades no tempo. Finalmente, a história política também dispõe de grandes massas documentais passíveis de quantificação, tais como dados eleitorais e partidários, para citar os mais expressivos.

Temas tradicionais continuaram na pauta dos pesquisadores, como eleições, biografias, partidos, entre outros. Mas novos objetos foram levantados, como opinião pública, mídia e análise do discurso. Abordagens multidisciplinares surgiram, reinterpretando as perspectivas do passado da administração pública de São Paulo. Entendeu-se a relação entre os diversos atores sociais na transformação política, não apenas daqueles que efetivamente estiveram nas posições de comando. Em outras palavras, figuras antes excluídas dos estudos históricos passaram a ser objeto de grande interesse.

Nesse sentido, a documentação da Câmara Municipal de São Paulo tornou-se importante para novas abordagens historiográficas. Interpretações consagradas a respeito do passado paulista, consideradas até mesmo inquestionáveis por alguns, passaram a ser reavaliadas. Isso porque podem surgir leituras distintas de um mesmo corpo documental. Nesse caso, muda mais a perspectiva sobre a fonte do que a fonte em si.

A História envolve um processo dinâmico de interpretação. Como escreveu René Rémond (2003, p. 22):

A história de fato não vive fora do tempo em que é escrita, ainda mais quando se trata da história política: suas variações são resultado tanto das mudanças que afetam o político como das que dizem respeito ao olhar que o historiador dirige ao político. Realidade e percepção interferem.

2 As fontes históricas da Câmara

Diante das novas demandas sociais, os materiais dos arquivos públicos se renovam. Vale a pena lembrar a importância do Arquivo Histórico de São Paulo. Criado em 1907, entre os seus objetivos estava preservar a documentação da administração pública municipal. A instituição tem um acervo de cerca de 4.500.000 documentos textuais, iconográficos e sonoros. Os documentos mais antigos são as atas preservadas da Câmara de Santo André da Borda do Campo, cobrindo o período entre 22 de julho de 1555 e 31 de março de 1558. Este povoado foi formado provavelmente em 1550, sob a liderança de João Ramalho, e em 1553 foi elevado à categoria de vila, criando-se assim uma Câmara.

No começo de 1560, a vila contava com uma população bastante reduzida. Por isso decidiu-se pela transferência dos habitantes, do pelourinho e do foral

dessa vila para São Paulo de Piratininga, que havia surgido como aldeamento jesuítico. Desse modo, foi formada a Câmara Municipal de São Paulo, no primeiro semestre de 1560. A ata mais antiga, por sua vez, data de 1º de janeiro de 1562. As atas anteriores a esse período se perderam, bem como algumas outras posteriores. De qualquer modo, na opinião de Edmundo Zenha (1948, p. 37), que publicou em 1948 uma importante obra sobre o poder municipal no Brasil, as atas da Câmara de São Paulo talvez sejam o que há de “mais precioso e completo em matéria de documentos nacionais.”

Há outros documentos importantes para a História da Câmara, como os livros de Registro Geral, produzidos a partir de 1583. Como o próprio nome diz, esta fonte contém os registros, feitos pelo escrivão da Câmara, dos assuntos julgados relevantes pelos vereadores. Dessa maneira, não apenas fatos cotidianos foram registrados, mas também posturas anteriores, correspondências de autoridades coloniais e metropolitanas, cartas de sesmarias, entre outros.

Quando foi criado o Arquivo Histórico de São Paulo, um intenso trabalho de paleografia teve início, e estes documentos foram transcritos e publicados. Este material impresso, que em relação ao século XX pouco foi estudado, pode ser consultado no próprio Arquivo e na Secretaria de Documentação da Câmara. Atualmente está em andamento na Câmara a iniciativa inédita de digitalizar estes materiais publicados, ampliando o acesso a pesquisadores.

O Arquivo Histórico de São Paulo preserva documentos da Câmara até meados da década de 1920, além de parte dos originais de notas taquigráficas até a década de 1980. Entretanto, permanecem com a própria Câmara muitos documentos produzidos a partir de 1898, constituindo um representativo acervo para a História da cidade. A historiadora Suely Robles Reis Queiroz (2004, p. 19) nos alerta para as possibilidades dos documentos da Câmara produzidos no século XX: “(...) faltam pesquisas rigorosas e mais modernas de natureza monográfica sobre as eleições municipais, sobre a administração pública, sobre as inúmeras instituições que surgiram, de natureza cultural, científica, esportiva e outras.”

Com as mudanças de sedes da Câmara, no século XX, os documentos produzidos entre 1898 e 1937, mantidos pela instituição, não receberam atenção especial, e por isso se misturaram. Nos últimos anos, entretanto, teve início um trabalho de organização desse material, que ainda não foi concluído, mas que oferecerá diversas possibilidades de pesquisa sobre a cidade. Já os documentos produzidos a partir de 1948 se encontram em sua totalidade no Arquivo da Câmara, ordenados cronologicamente.

As novas orientações para os Arquivos Públicos apontam para a necessidade de se definirem critérios de gestão, recolhimento, preservação e acesso dos documentos gerados pela instituição. Com o crescimento acelerado das massas documentais, esses parâmetros são imprescindíveis.

Para agilizar a gestão em uma instituição, é necessária a classificação de documentos, o que envolve uma sequência de operações que tem como objetivo relacioná-los e distribuí-los de acordo com as estruturas, funções e atividades da entidade produtora. Já a avaliação atribui valores aos documentos, de acordo com as possibilidades neles contida. Assim, a avaliação tem como objetivo determinar se o documento é destinado à eliminação, guarda temporária ou recolhimento à guarda permanente.

A avaliação parte da abordagem das “três idades”, que identifica o ciclo de vida dos documentos. Em sua fase de uso ativo, os documentos são indispensáveis às atividades cotidianas da instituição, formando os chamados arquivos correntes. Partes destes arquivos precisam ser conservadas por razões administrativas, legais ou financeiras, embora já não sejam utilizados nas atividades cotidianas. Formam assim os chamados arquivos intermediários. Passado certo tempo, esses documentos deixam de ter valor previsível, e devem ser eliminados ou preservados. Assim, garante-se a manutenção de documentos que testemunham a História da instituição.

Na Câmara Municipal de São Paulo, essa reflexão foi amadurecida em discussões que ocorrem desde o início em 1992, pouco tempo depois da Lei de Arquivos (Lei 8.159/1991), conforme registram as atas das Comissões de Avaliação de Documentos (CADs). Trata-se de um trabalho coletivo, com a participação de servidores que representam as unidades da instituição. As decisões dessas comissões foram registradas em três volumes de atas. Sobretudo nos últimos três anos, intensificaram-se os encontros, e o resultado foi um Plano de Classificação⁴ e uma Tabela de Temporalidade⁵ para a Câmara.

Pelo porte de sua estrutura, a Câmara Municipal de São Paulo carecia de um instrumento de gestão minucioso, que identificasse toda sua documentação e regresse seu tempo de guarda. Em 2010, finalmente este material foi aprovado pela Mesa da Câmara, e agora faz parte da gestão institucional⁶. Sua utilidade extrapola a Câmara Municipal de São Paulo, pois certamente servirá de suporte para que outros legislativos gerenciem sua documentação com maior racionalidade e transparência. Em breve esse material será disponibilizado no site da Câmara.

Com essa publicação, os servidores do legislativo municipal podem identificar todos os documentos produzidos nas unidades, o que contribuirá para conscientização dos cuidados necessários com cada fase de sua tramitação. De modo criterioso, muitos documentos estão em fase de eliminação, preservando-se aqueles que efetivamente garantirão o resgate da memória institucional, que se confunde com a História da própria cidade e do país. Além disso, a publicação servirá de base aos programas de informatização e digitalização, colaborando para maior eficiência administrativa.

Nesse sentido, com a digitalização em curso na Câmara, espera-se que toda a documentação pública mantida pela instituição, produzida a partir de 1898, esteja disponível em suportes digitais, o que garantirá melhor conservação dos originais, com diminuição de seu manuseio. Permite-se também o acesso a documentos que não poderiam ser consultados de outra forma. Não apenas documentos legislativos são preservados, mas também os administrativos que guardam informações úteis para o entendimento das transformações dos variados setores da Câmara.

Além dos documentos produzidos pela Câmara, que se encontram no Arquivo

4 Plano de Classificação: esquema que relaciona de forma hierárquica os tipos documentais produzidos ou recebidos a partir de suas funções e atividades.

5 Tabela de Temporalidade: instrumento de destinação, que determina prazos para eliminação, transferência ou recolhimento de documentos relacionados no Plano de Classificação.

6 Ato 1127/2010, publicado no Diário Oficial do Município em 09/10/2010.

Geral e no Setor de Documentação, importa tratar da Supervisão da Biblioteca. Por seu caráter especializado, existem vários materiais importantes que subsidiam os trabalhos legislativos. Mas também existem fontes importantes de pesquisa, como os recortes de notícias relacionadas à Câmara e o acervo do historiador Aureliano Leite, que viveu entre 1886 e 1976, e doou sua coleção em 1973. Trata-se de um acervo valioso, acumulado ao longo de décadas, que não foi devidamente estudado.

3 Os usos do acervo da Câmara na pesquisa histórica

Alguns legislativos municipais têm apontado para a importância e as possibilidades de uso de sua documentação. Exemplo disso é a Câmara Municipal de Porto Alegre, que possui um Memorial, setor dedicado à pesquisa e divulgação da história da instituição. Seu coordenador, o historiador Jorge Barcellos divulgou um importante material, que serve de referência teórica para os usos dos acervos legislativos.

De acordo com Barcellos (acesso em: 04 ago. 2011):

Hoje se tem claro que os fatos políticos, sejam do presente ou do passado, merecem constituir objetos do conhecimento científico. E que as suas fontes, sejam documentos de arquivos ou quaisquer outras, como documentos jornalísticos ou acervos legislativos, possibilitam as novas gerações, tanto de políticos, como de outros estudiosos, a revalorizar o seu estudo. O político deixa de ser elemento secundário da superestrutura e tudo o que lhe diz respeito passa a constituir fonte para sua análise nas mais diferentes áreas: as crenças dos políticos, suas convicções, suas ideologias. Governantes e parlamentares, que ocupam o centro da vida política, transformaram-se em fontes inestimáveis para a investigação em estudos legislativos e antropologia política; as falas e as argumentações do micro-cosmo político começam a fazer parte do repertório de investigação política e ciências sociais.

Muitas pesquisas já foram realizadas utilizando materiais produzidos pela Câmara. Apenas para citar um exemplo, pode ser indicada a tese doutoral transformada em livro: “Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-1966)”, de Paulo Fontes (2008). Entre outros temas, o autor analisa a atuação de vereadores nos problemas do bairro, que teve um crescimento acelerado com a migração nordestina do período. Embora use variadas fontes, o autor analisou discursos e projetos de lei de Vereadores referentes àquele bairro.

Novos pesquisadores estão surgindo. Uma simples busca pela Internet revelou um material interessante sobre a história da Câmara Municipal de São Paulo na Primeira República e no período de Getúlio Vargas. Trata-se do *blog* de Bernardo Schmidt (2011, acesso em: 17 ago. 2011), que inseriu dois textos instigantes sobre as eleições municipais de São Paulo, em 1928 e 1936. Espera-se que novas pesquisas aprofundem esses temas, servindo de referência para abordar outros períodos da política municipal.

Do que tratam os documentos e anais da Câmara ao longo da História? Alguns podem pensar que, além da votação de impostos e orçamento, os demais temas são irrelevantes. Mas existem outros temas, como abertura de ruas, de pedidos de terrenos

e isenção de impostos, reajustes salariais de funcionários, comércio ambulante, entre outras coisas. Enfim, são temas que dizem respeito à vida urbana, sendo relevantes mesmo que pareçam assuntos simples. Eles dizem respeito à definição de regras do cotidiano, que podem colaborar para impedir o caos urbano.

A análise das votações ocorridas na Câmara revela sua influência na construção da cidade. Mas essa atuação ao longo da História não se esgota nesse aspecto. Ao estudar o legislativo municipal, deve-se levar em conta a enorme variedade de requerimentos enviados pelos vereadores ao Executivo, em sua maioria indicando ações do poder público. É importante destacar que o cargo de Prefeito foi criado na cidade de São Paulo em 1898.

Os requerimentos poderiam ser de iniciativa dos vereadores, mas também tinham origem na demanda dos moradores, que apresentavam à Câmara pedidos ou abaixo-assinados. Esperava-se assim que a Câmara intercedesse, junto à Prefeitura, na solução de problemas da cidade.

Assim, por meio dos requerimentos, podemos identificar as necessidades da população e de variadas instituições. Em geral, eles não contêm grandes análises sobre os problemas da cidade, mas aqueles que, no dia-a-dia, são enfrentados pelos habitantes. Revelam situações cotidianas que eram próprias da época, embora muitas delas ainda permaneçam na pauta das discussões parlamentares.

A exemplo dessa documentação, destaca-se um requerimento de 1898, assinado por comerciantes, solicitando providências da Câmara contra ambulantes que atuavam na cidade. A seguir encontram-se trechos deste documento, de janeiro de 1898, cuja grafia foi adaptada:

Os suplicantes infra assinados, negociantes estabelecidos nesta Capital, têm enfrentado a todas as dificuldades oriundas da crise financeira a que o país está atravessando, não animados somente pelo interesse pecuniário que atualmente é insignificante, mas sim, pelo ardente desejo de ver esta grande Cidade de São Paulo elevada ao preamar do desenvolvimento e grandeza de que é merecedora.

Bem sabeis, Excelentíssimos Senhores, que o maior elemento, o mais impulsionador do desenvolvimento e grandeza de um país é o comércio, como vos podem atestar os indescritíveis progressos de inúmeras Cidades que têm a felicidade de possuir importantes praças comerciais, mas para que este medre e propague seus efeitos benéficos ao lugar onde estabelece suas tendas, é mister que os poderes constituídos não regatem suas fecundas vistas, amenizando com suas sabias leis as agruras da profissão; e para que essas leis sejam realmente profícuas, necessário torna-se que o poder competente ceife, desde logo, os fenômenos sociais nocivos a este ou aquele ramo da atividade humana, mormente sendo eles perniciosos ao comércio.

Acorçoados, pois, por esses princípios salutareos, os abaixo assinados, *data venia*, trazem ao esclarecido conhecimento de Vossas Excelências dois fatos verdadeiramente abusivos, que empecem o desenvolvimento do comércio de um modo atroz, como sejam os seguintes:

1º - Os indivíduos estabelecidos nas ladeiras João Alfredo – São João – Florêncio de Abreu – e outras, conservarem as portas de suas casas abertas aos Domingos e dias feriados, quanto tem-nas fechadas os abaixo assinados;

2º - Os mascates turcos e italianos ambulantes pelas ruas da Capital, fazendo concorrência com imensa desvantagem para os suplicantes.

Os abaixo assinados são todos comerciantes estabelecidos com lojas de fazendas, armazéns, quinquilharias, modas e outras, nas suas centrais desta cidade; tem a obrigação de conservar suas portas fechadas aos Domingos bem como nos dias de feriados nacionais e estaduais, cessando nesses dias os lucros que os consumidores lhes podem dar. Gemem sob o peso de toda espécie de impostos excessivos, para manterem os seus estabelecimentos, tem de sujeitar-se a todas as exigências e vexames praticados pelos senhores, afora o pagamento de exorbitantes aluguéis, e, no entretanto, simultaneamente a todos esses flagelos vêm os turcos e italianos, estabelecidos em ruas semi-centrais, como se nota nas ladeiras – João Alfredo – São João – Florêncio de Abreu – e outras, permanecer com suas portas abertas naqueles dias, bem como mascates ambulantes, pagando insignificantes impostos, acozando a diminutíssimos aluguéis, e zombando dos suplicantes, auferirem as vantagens das vendas realizadas nesses dias em que eles se impõem aos consumidores, aproveitando a falta de concorrência criada pela iniquidade da lei e outros fatos de não somenos importância.

O 1º fato apontado, isto é, o consentir-se aqueles negociantes estabelecidos em referidas ruas semicentrais conservarem as portas abertas nos mencionados dias cria uma desigualdade odiosa e altamente prejudicial aos abaixo assinados; mas, esse fato ainda não é tão grave como o consentir-se mascates ambulantes pelas ruas centrais, tanto em dias úteis como em feriados. Os mascates são uma verdadeira praga atrofadora do desenvolvimento comercial de um país como passam a demonstrar.

Eles vendendo as portas dos consumidores concorrem diretamente para a sensível diminuição do movimento comercial porque as famílias deixam de acudir ao comércio para abastecerem-se; nos dias úteis concorrem com os comerciantes estabelecidos com uma desvantagem a toda evidência para estes e para a sociedade em geral. Para os comerciantes estabelecidos porque estes, como já ficou dito, pagam excessivos impostos, exorbitantes aluguéis, empregados e têm de sustentar uma posição condigna à sua classe, ao passo que aqueles (os mascates) como é público e notório, para se eximirem ao pagamento de altos impostos e pesados aluguéis, acumulam-se descomunalmente durante a noite, na residência de seus poucos patrícios estabelecidos e pela manhã se retiram, fazendo suas refeições de pão velho e frutas e vestindo miserável e porcamente. A desvantagem oriunda da existência de tais mascates reflete também diretamente na sociedade em geral, porque sendo suprimidos como se tem feito em diversas cidades, hoje importantes da Europa, eles seriam compelidos a fixar seus estabelecimentos e então ocupariam maior número de prédios e pagariam decuplicadamente os impostos que atualmente pagam, impostos estes que seriam arrecadados pela Excelentíssima Câmara e em benefício da coletividade social, ao

passo que estas vantagens desaparecem com a perniciosa existência dos mesmos.

Pelo exposto facilmente se evidencia que os suplicantes e a própria sociedade são vítimas de uma iniquidade nascida da própria lei, e como de Vossas Excelências depende a cura de todos os bens, e mesmo porque os meios de evitar prejuízo a ninguém se deve negar, como sabiamente dispôs o Ass. 3º de 5 de dezembro de 1770, os suplicantes requerem que sejam Vossas Excelências servidos, proibindo a existência de mascates volantes dentro do perímetro desta adiantada capital, estender aos negociantes turcos e italianos estabelecidos nas citadas ladeiras, bem como em outras ruas semicentraes, a proibição de estarem com portas abertas aos domingos e dias feriados, fazendo por essa forma cessar tão revoltantes iniquidades, quer em beneficio dos suplicantes quer em beneficio dos próprios cofres dessa Excelentíssima Câmara, ou da sociedade.

Por ser de irrefragável justiça.

Pede deferimento

(Assinaturas)

Ilmo. e Ex.^{ma} Srs. Presidentes e mais Vereadores
da Câmara Municipal

Para a Sessão
7-1-98

P. M. Soares

2/1/98

Os Sup.^{es} infra assignados negociantes estabelecidos
neste Capital, tem experimentado a tolas as consequências
da ondulada da crise financeira a que o Paiz está
deveressando, não animados somente pelo interesse pe
comercio que necessariamente é enriquecedor, mas sim
pelo ardente desejo de ver esta grande Cidade de S.
Paulo servida ao progresso do desenvolvimento e que
dele de que é inextinguível.

Com sabido Ex.^{mos} Srs., que o maior elemento
e mais impulsionador do desenvolvimento e grandessa
de um Paiz é o Commercio, como vos podem attestar
os innumeráveis progressos de innumerables Cidades por ter
a felicidade de possuir importantes Casas Commercias, e
para que este meio se propague seus effectos benéficos
no local onde estabelece suas tendas, e mista que os
Baldes constituidos não regatem suas precuadas vistas
amovendo, com suas sabidas leis, as aprimas da pro
priedade; e para que suas leis sejam realmente proficuas
necessario torna-se que o Poder competente, caso desde
logo, os phenomenos sociais unicos a este ou aquelle
modo de actividade humana, mormente sendo elles
perniciosos ao commercio.

Convoçados, pois, por esses principaes sacudidos
os serviços assignados, clamo semo, tamen de vobis

Primeira página do requerimento dos comerciantes, de 1898.

Como se vê pelo documento, a presença de ambulantes de origem imigrante era grande no centro da cidade. Nas ruas, ofereciam variados produtos, o que causava furor aos comerciantes tradicionais. Enfim, documentos como esse mostram várias características da sociedade paulistana nessa fase de crescimento acelerado da cidade.

Outro documento ilustrativo, que mostra reivindicações feitas à Câmara, apresenta os pedidos por um dia de descanso semanal, numa época em que faltavam leis de proteção ao trabalhador:

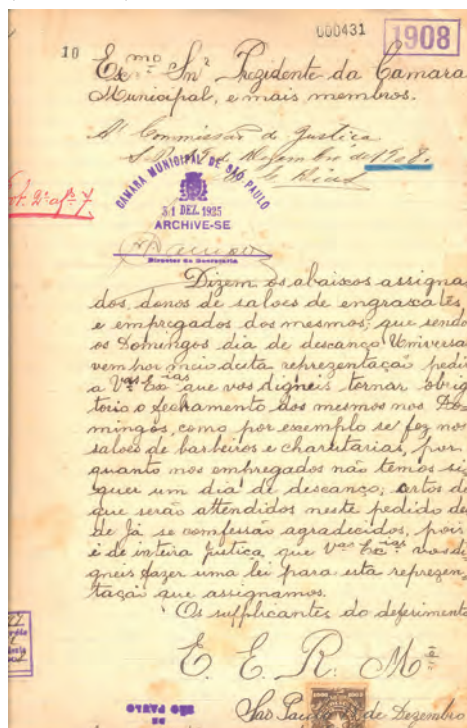
Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, e mais membros.

À Comissão de Justiça

S. P. 19 de Dezembro de 1908

Dizem os abaixo assinados, donos de salões de engraxates, e empregados dos mesmos; que sendo os domingos dia de descanso Universal, vem por meio desta representação pedir a Vossas Excelências que vos digneis tornar obrigatório o fechamento dos mesmos nos domingos, como por exemplo se fez nos salões de barbeiros e charutarias, por quanto nos empregados não temos sequer um dia de descanso; certos de que serão atendidos neste pedido desde já se confessam agradecidos pois é de inteira justiça que Vossas Excelências vos digneis fazer uma lei para esta representação que assinamos. Os suplicantes do deferimento.

(Assinaturas)



Requerimento dos engraxates, de 1908.

A existência desses requerimentos mostra a participação da Câmara nos mais variados assuntos da cidade, desde as questões locais, até aquelas que interessavam a todo o país. Como cidade em crescimento acelerado, as discussões realizadas em São Paulo muitas vezes tinham impacto nacional. Na Primeira República, a influência política paulista foi muito grande, em função da força econômica dos grandes cafeicultores.

Para reforçar o potencial de estudos sobre a Câmara, outro exemplo é a legislatura de 1936 e 1937. Trata-se de um período curto, mas que revela as tensões e contradições da década de 1930, no Brasil e no mundo.

Em função do movimento que colocou Vargas no poder, em 1930, todos os legislativos foram fechados. O que veio em seguida foi um período de instabilidade, reflexo dos grandes acontecimentos mundiais, e do desgaste de grupos oligárquicos. O movimento armado conhecido como Revolução de 1930, no auge destas tensões somadas, depôs o então presidente Washington Luís, e a chefia do governo passou a Getúlio Vargas, iniciando uma fase de grandes rearranjos políticos. No cenário internacional, a crise de 1929 e a polarização entre as ideias fascistas e comunistas influenciaram movimentos políticos em vários países, inclusive no Brasil.

Nas eleições municipais de março de 1936, vinte vereadores foram eleitos para a Câmara Paulistana, depois de uma acirrada disputa entre o Partido Republicano Paulista (PRP) e o Partido Constitucionalista (PC). Os trabalhos dessa legislatura tiveram início em 9 de julho de 1936, e foram encerradas em novembro de 1937, quando o Estado Novo mais uma vez silenciou os legislativos.

Os Anais mostram contendas e divergências entre os Vereadores. As peças oratórias, proferidas em público, poderiam ser previamente escritas ou apresentadas de improviso. Os textos poderiam ser reproduzidos e veiculados através de distintos meios de comunicação social. Enfim, a exposição das falas dos Vereadores implica uma intervenção pública de alguém que, com palavras, pretende causar algum tipo de efeito ou acontecimento.

Nos debates registrados, fica evidente a emoção envolvida, o que permite uma contraposição aos textos das leis e propostas. Em um discurso, pode-se encontrar interrupções, promovidas tanto por outro Vereador como pela própria plateia que assistia ao debate.

São representativos os debates sobre as grandes questões do período, como a oposição entre a chamada liberal-democracia, o comunismo e o integralismo. Qual seria a melhor opção para o país? Os Vereadores se dividiam no assunto, mas a maioria era a favor da liberal-democracia. Não deixa de ser interessante a presença de um Vereador integralista, que defendia um governo mais centralizado e nacionalista. Além disso, ele não acreditava na democracia como solução para os problemas do país.

Trata-se de um material interessantíssimo para a compreensão do ambiente social e político do período. As posições particulares de cada Vereador, e o confronto de ideias que o espaço legislativo proporcionou merecem estudos mais aprofundados.

A análise dos discursos e pronunciamentos legislativos pode se orientar pelas novas tendências de análise. É o que aponta o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2009, p. 235):

Ao tomarmos um discurso ou um pronunciamento como fonte para nosso trabalho não devemos perguntar apenas o que ele diz sobre o passado, que informações ele nos traz, mas devemos nos perguntar como esse discurso foi

produzido, em que época, por quem, em que circunstâncias políticas, econômicas, sociais. Aprendemos com Foucault que todo discurso pertence a uma dada ordem discursiva que deve ser analisada, isto é, todo discurso segue regras culturais e historicamente estabelecidas, obedece a modelos, está implicada em dadas relações sociais e de poder que o incitam a dizer algumas coisas e o proibem ou o limitam de dizer outras. Todo discurso tem uma relação de coexistência com outros discursos com os quais partilha enunciados, conceitos, objetivos, estratégias, formando séries que devem ser analisadas. Como Michel de Certeau chama atenção, todo discurso ou pronunciamento é emitido de um dado lugar, que deve ser interrogado pelo historiador: um lugar temporal, espacial, institucional; um lugar de fala ou de autoria; um lugar de fala ou de autoria; um lugar social.

Enfim, sofisticados estudos acadêmicos podem ser realizados com a grande quantidade de discursos e pronunciamentos de Vereadores preservados na Câmara Municipal de São Paulo. O autor da citação acima sugere que o interessado comece com uma análise externa de um dado discurso ou pronunciamento, questionando a respeito de suas relações com aquilo que o cerca. Enfim, trata-se de uma boa contextualização, situando as tendências do período histórico analisado e as circunstâncias em que foi realizado. Quanto à análise interna do discurso ou pronunciamento, o pesquisador:

(...) deve tomá-los como sendo em si mesmos um acontecimento, um evento que merece ser interrogado enquanto tal.(...) O texto dos discursos tem uma espessura própria, tem uma existência própria, tem regras de constituição e de produção, tem uma estrutura interna que precisa ser analisada. Ele não é apenas reflexo das estruturas que o transcendem, mas possui estruturas imanentes que o sustentam e lhe dão inteligibilidade, lógica, coerência, consistência, singularidade. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009, p. 237).

Os documentos da Câmara podem ainda servir a projetos pedagógicos no ensino fundamental e médio. Processos ou discursos podem ser utilizados para analisar a História da cidade, colaborando para que os alunos construam suas próprias versões do passado e saibam lidar com a diversidade de dados. Os textos oficiais sobre ensino de História, em âmbito nacional ou estadual, reforçam o princípio de que o trabalho com documentos é importante na escola. Nesse sentido, os professores podem ser incentivados a usar os materiais da Câmara, o que ajudará na formação política dos estudantes.

Os professores podem conduzir a análise dos documentos a partir de perguntas básicas, aplicadas a qualquer documento: o que é o documento? Que informação ele nos traz? Como essa informação é transmitida? Quem a transmite, quando, com que propósitos? Qual é o público alvo? Qual a relação do documento, no momento em que foi produzido, com a realidade mais ampla a que se quer chegar? Que contribuições o documento pode dar para o entendimento do período?

Conclusão

A partir da reabertura da Câmara, em 1948, e com a ampliação do direito ao voto, os eleitores deixavam de ser simples moradores sobre as quais se legislava para serem reconhecidos como portadores de direitos. A representação foi sendo ampliada pela legislação e pela iniciativa dos moradores que recorriam à Câmara.

Com o regime militar, em um clima de crescente cerceamento da atividade política, as discussões na Câmara foram bastante prejudicadas. Entretanto, independentemente da situação política nacional, os Vereadores continuaram a discorrer sobre os problemas da cidade e a propor alternativas aos Prefeitos. Aliás, durante o período em que os Prefeitos foram nomeados (entre 1969 e 1985), Vereadores atuaram como representantes das demandas dos bairros.

A redemocratização e a promulgação da Lei Orgânica, em 1990, permitiram que a Câmara se tornasse mais aberta à participação popular. A pluralidade no interior do legislativo garante diversos olhares e ações sobre os problemas municipais. Esse ambiente deve servir a novas propostas de pesquisa sobre a História da cidade.

Quanto às possibilidades da pesquisa sobre a história do legislativo municipal, variadas fontes podem ser usadas. Afinal, o conceito de documento é bastante amplo, conforme indicam os historiadores Leandro Karnal e Flavia Galli Tatsch (2009, p. 24): “(...) documento histórico é qualquer fonte sobre o passado, conservado por acidente ou deliberadamente, analisado a partir do presente e estabelecendo diálogos entre a subjetividade atual e a subjetividade pretérita.”

Nesse sentido, a História da Câmara Municipal de São Paulo não deve se restringir aos documentos escritos produzidos no interior do processo legislativo. Outras fontes revelarão detalhes sobre o assunto. É o caso da história oral, que poderia ser feita a partir de entrevistas com antigos Vereadores e funcionários, além de outros interlocutores do legislativo. Acervos fotográficos, tanto os que foram preservados pelo legislativo como os que hoje fazem parte de acervos particulares, podem ser úteis para identificar seus usos sociais. Não se pode ignorar a imprensa, que publicou em sua trajetória discursos, análises, críticas e imagens.

Mais recentes são as fontes audiovisuais, como as filmagens da TV Câmara. O uso desse material como fonte de pesquisa oferece um desafio, como pontuou o historiador Jorge Barcellos (acesso em: 04 ago. 2011), coordenador do Memorial da Câmara Municipal de Porto Alegre:

O ruído das galerias pode hoje ser observado pelas interrupções por solicitação de ordem da Presidência ou pelo fundo das gravações digitais realizadas pela TV Câmara. Ela tem um papel inovador, transforma em notícia o cotidiano do legislativo, e as formas de construção da linguagem jornalística transformam as gravações das sessões em documento à parte. Como ler a prática legislativa a partir de seus registros para a televisão, como analisar a linguagem televisiva em seus instrumentos de reconstrução do que se vive no plenário, como fazer evidenciar a ideologia jornalística no momento da sua produção?

Assim, a produção audiovisual da Câmara merece atenção especial, tanto em sua preservação como em seu uso como fonte de pesquisa acadêmica. Não temos notícia de pesquisas com materiais desse tipo, mesmo com o gradual crescimento de discussões teóricas sobre seu uso.(NAPOLITANO, 2005).

Para concluir, reitera-se que, diante dos desafios de nossa metrópole, é importante a análise dos materiais produzidos pela Câmara, e os embates travados em seu interior. Mais do que uma História contínua e linear, trata-se de uma trajetória cheia de contradições e disputas, avanços e recuos, com fases de maior tensão entre diversos atores sociais. O reconhecimento dos diversos atores sociais que atuam na Câmara é um passo para ampliar o contato da instituição com a sociedade, que deve se fazer ouvir por meio de seus representantes.

Espera-se que pesquisadores se interessem em realizar estudos sobre o legislativo. Assim, ao divulgar conhecimentos sobre a história da Câmara, mais pessoas terão condições de participar da discussão política e do encaminhamento de propostas que beneficiarão nossa cidade.

Abstract

The goal of this article is to present the documental production of “Camara Municipal de São Paulo” and it’s importance to the academic research. The chosen emphasis privileges those interested in History who would be able to access the big amount of documents, especially the legislative processes and the discussions among council members recorded in the minutes and proceedings of the institution. In order to do that it would be necessary to identify the most important group of documents and insert them into the contemporary debate about the concept of historical source. As conclusion even though many studies about it were done before, there’s still plenty field for research, which will certainly contribute to the city’s political debate and bring citizens closer to the legislative.

Keywords: Political History. Historical Sources. Documentation. Archival Science.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. de. Discursos e Pronunciamentos: a dimensão retórica da historiografia. In: PINSKY, C.; LUCA, T. R. de. (Org.) **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL WASHINGTON LUÍS. **Guia do Arquivo Histórico Municipal Washington Luís 100 anos: 1907-2007**. São Paulo: DPH, 2007.

_____. **Conhecendo o Arquivo Histórico Municipal: os primeiros séculos na cidade de São Paulo**. São Paulo: DPH, 2007.

BELLOTTTO, H. L. **Arquivos Permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

BARCELLOS, J. **Fontes documentais nos estudos legislativos: fundamentos para uma leitura**. Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.camarapoa.rs.gov.br/>>. Acesso em: 04 ago. 2011.

CAMARGO, L. S. de. 100 anos do Arquivo Histórico Municipal: um olhar sobre um precioso acervo. **Informativo Arquivo Histórico Municipal**, v. 3, n. 14, set./out.2007. p. 1-15 Disponível em: < <http://www.arquiamigos.org.br/info/info14/img/100anos%20AHMWL-impresso.pdf> >. Acesso em: 12 jul. 2010.

COHEN, I. S. **Para onde vamos? Alternativas políticas para o Brasil (1930-1937)**. Tese (Doutorado em História Social)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1997.

FERREIRA, A. C. **A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

FERREIRA, M. de M. Apresentação. In: RÉMOND, R. (org.) **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

FONTES, P. **Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-1966)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

KARNAL, L.; TATSCH, F. G. Documento e História: a memória evanescente. In: PINSKY, C.; LUCA, T. R. de. (Org.) **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

NAPOLITANO, M. **Fontes Audiovisuais: a História depois do papel**. In: PINSKY, C. (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

MINAS GERAIS (BH). **O Legislativo e a Cidade: domínios de construção do espaço público / Câmara Municipal de Belo Horizonte**. Regina Helena Alves da Silva (Coord.)... et al., 1998.

PINSKY, C. (org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

_____; LUCA, T. R. de. (Org.) **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

QUEIROZ, S. R. R. de. Política e poder público na cidade de São Paulo: 1889-1954. In: PORTA, P. (Org.). **História da cidade de São Paulo**. São Paulo: Paz e Terra, 2004. v. 3.

RÉMOND, R. (org.) **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

ROLNIK, R. **A cidade e a lei**. São Paulo: Studio Nobel, 2007.

_____. São Paulo. 3. ed. São Paulo: Publifolha, 2009.

SANTOS, D. F. dos; RODRIGUES, J. E. R.. *Câmara Municipal de São Paulo: 1560-1998: quatro séculos de história*. São Paulo: IMESP, 1998.

SÃO PAULO (SP). *Câmara Municipal. Câmara Municipal de São Paulo: 450 anos de História / Câmara Municipal de São Paulo; texto e pesquisa de Ubirajara de Farias Prestes Filho*. São Paulo: 2010.

SÃO PAULO (SP). Prefeitura. *O poder em São Paulo: história da administração pública da cidade, 1554-1992*. Ricardo Maranhão (Coord.)... et al., São Paulo: Cortez, 1992.

TELAROLLI, R. *A organização municipal e o poder local no Estado de São Paulo, na Primeira República*. Tese (Doutorado em História)-Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, 1981. 2 v.

ZENHA, E. *O município no Brasil: 1532-1700*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1948.